

Sofrimentos das populações na terceira invasão francesa. De Gouveia a Pombal *

Maria Antónia Lopes
Faculdade de Letras e Centro de História da Sociedade e da Cultura
da Universidade de Coimbra
mafilopes@netvisao.pt

(Publicado como capítulo in *O Exército Português e as Comemorações dos 200 Anos da Guerra Peninsular (volume III - 2010-2011)*, Lisboa/Parede, Exército Português/Tribuna da História, 2011, pp. 299-323).

Introdução

Até bem recentemente, as minhas pesquisas incidiram sobretudo em duas vertentes: história das mulheres e história dos pobres em Portugal nos séculos XVIII e XIX, procurando desocultar o que tradicionalmente era indiferente aos historiadores. Comecei, jovem ainda, pelas mulheres e pelas crianças abandonadas. Voltei-me depois para o universo dos pobres, desde os mendigos aos pobres envergonhados, passando pelos doentes sem recursos, os presos sem auxílio, os artesãos sem emprego ou sem rendimentos para sustentar as suas famílias, os emigrantes, as mulheres camponesas que se sujeitavam a amamentar crianças estranhas para ganhar com o seu leite o que o trabalho delas e dos maridos não conseguia. Faço, pois, aquilo a que se chama “história a partir de baixo” ou “história vista de baixo”. Por isso, ao abordar terceira invasão interessaram-me as vítimas. E as vítimas mais humildes e ignoradas.

Sabemos que as Invasões Francesas¹ deixaram atrás de si um rasto de destruição e morte. Sabemos, também, que a terceira, em 1810-1811, foi terrível para as populações

* Texto inédito em português que retoma, com largos acrescentos, o capítulo LOPES, Maria Antónia – “Mujeres (y hombres) víctimas de la 3ª invasión francesa en el Centro de Portugal” in Emílio de Diego (dir.) e José Luis Martínez Sanz (coord.), *El comienzo de la Guerra de la Independencia*. Madrid: Editorial Actas, 2009, pp. 750-772. Não se publica aqui uma primeira parte de contextualização existente no texto castelhano.

civis. Mas não haverá algum exagero nos relatos da época? O impressionante deve, se praticável, assentar na solidez da investigação em fontes directas. Assim sendo, o que me proponho é esclarecer, com a exactidão possível, a dimensão dos massacres cometidos pelos invasores numa vasta região da zona Centro do nosso país e avaliar os sacrifícios impostos a essas populações.

Segundo António José Telo, a estratégia inglesa não visou proteger as populações portuguesas e nem sequer expulsar rapidamente o invasor, mas desgastar na Península os exércitos napoleónicos². Porque não interessava uma vitória rápida, evitaram-se as grandes batalhas e, quando estas foram inevitáveis, como a do Buçaco em 1810, os seus resultados não foram explorados. Wellesley (futuro duque de Wellington) rumou para Sul, abandonando Coimbra ao saque dos invasores, que decorreu nos dias 1, 2 e 3 de Outubro de 1810, até ser reconquistada pelas milícias comandadas pelo coronel Trant.

Detido em Torres Vedras ao longo de meses, o exército francês foi derrotado pela fome, frio, doença e desmoralização. A norte da frente de batalha ficara um país devastado e em muitas zonas deserto, pois as ordens inglesas tinham sido de evacuação total das povoações com destruição de searas, pontes, moinhos e tudo o que não pudesse ser transportado.

Os flagelos da guerra na região Centro

As forças napoleónicas tinham atravessado a fronteira portuguesa em Julho de 1810, mas só a 28 de Agosto conseguiu tomar a praça de Almeida. Contudo, logo no dia 3 de Agosto, temendo a invasão, os vereadores de Viseu nomearam observadores, vigilantes e estafetas que os mantivessem informados sobre o percurso das tropas³. Depois de se reorganizar e reabastecer em Almeida, Massena iniciou a progressão para

¹ Atendendo às consequências para Portugal, prefiro esta designação à de Guerra Peninsular, de origem inglesa, e que, por isso mesmo, nomeia o conflito com o território da sua intervenção, onde pouco interessa distinguir os espaços português e espanhol. A esta guerra chamam os Espanhóis “Guerra de la Independencia”, porque com a abdicação do seu rei a Espanha perdeu a independência *de facto et de jure*, contrariamente ao que sucedeu em Portugal, que a manteve *de jure*. Recentemente António Pedro Vicente interpretou a Guerra das Laranjas – invasão do Alentejo pela Espanha em 1801 na qual Portugal perdeu a praça de Olivença – como uma 1ª invasão, considerando, portanto, a existência de quatro invasões a Portugal no decurso da Guerra Peninsular (VICENTE, António Pedro – *Guerra Peninsular, 1801-1814*. Lisboa: Quidnovi, 2007).

² TELO, António José – “A Península nas guerras globais de 1792-1815” in *Guerra Peninsular. Novas interpretações*. Lisboa: Tribuna da História, 2005, pp. 314-315.

³ Arquivo Distrital de Viseu, *Livro de Actas da Câmara Municipal de Viseu, 1809-1810*, fls. 51v-53.

Lisboa a 16 de Setembro. Escolheu como trajecto a margem direita do rio Mondego para entroncar na estrada real que ligava Coimbra à capital, uma boa via de comunicação. “O exército encontrou raríssimos habitantes; os campos estavam a arder e as aldeias desertas ou destruídas”, recorda o general Koch⁴. O mesmo afirma o general Marbot: “Não há memória de vermos uma fuga assim tão geral!... A cidade de Viseu estava totalmente deserta”⁵. O cenário repetiu-se em Coimbra, como veremos.

Imobilizados nas linhas de Torres, sem meios de abastecimento, os Franceses pilharam sistematicamente uma vasta região. Como depois relatou Marbot, um “regimento, organizando a pilhagem a grande escala, enviava para longe numerosos destacamentos armados e bem comandados, que, empurrando à sua frente milhares de burros, voltavam, carregados com provisões de toda a espécie [...]. Mas como as regiões próximas ao nosso acantonamento ficaram mais ou menos esgotadas, os nossos soldados que andavam a pilhar afastaram-se mais. Houve quem tivesse levado as suas excursões até às portas de Abrantes e de Coimbra, muitos até atravessaram o Tejo”⁶.

Em Março de 1811 os Franceses iniciaram a retirada. Desesperados pela fome, buscando mais a sobrevivência do que o combate, levaram as atrocidades ao último grau, apanhando as populações em fuga, a quem torturavam e matavam para lhes extorquir víveres. Coimbra foi poupada, pois Massena não conseguiu entrar na cidade. Conduziu então os seus homens para Espanha pela margem sul do rio Mondego, onde a carnificina prosseguiu.

Nos dias 19 e 20 de Março, sem encontrar nada para comer, as tropas francesas espalhavam-se por Pinhanços, Sandomil, Penalva do Castelo, Celorico da Beira, Vila Cortês, Vinhó, Gouveia, Moimenta da Serra, etc.⁷. As populações do concelho de Mangualde⁸ já tinha evacuado as aldeias, no que chamaram o “3º desterro”, isto é, a fuga para os matos, onde procuraram sobreviver escondidas dos invasores. O 1º desterro tinha sido em Setembro de 1810 e o 2º em Dezembro do mesmo ano e Janeiro de 1811. Para

⁴ KOCH, general – *Memórias de Massena. Campanha de 1810 e 1811 em Portugal*. Lisboa: Livros Horizonte, 2007, p. 101.

⁵ MARBOT, general barão – *Memórias sobre a 3ª invasão francesa*. Lisboa: Caleidoscópio, 2006, p. 54.

⁶ MARBOT, general barão – *Memórias...*, cit., p. 84.

⁷ KOCH, general – *Memórias...*, cit., p. 202.

⁸ Localizo todos os topónimos segundo a actual divisão concelhia.

sua sorte, os Franceses passaram ao lado desse concelho em Março de 1811⁹, mas certos destacamentos franceses chegaram a atravessar o Mondego e a assolar alguns municípios a norte do rio. Segundo uma testemunha de Molelos, freguesia de Tondela, “o inimigo consumiu e inutilizou todo o pão de pragana que existia no vale do Mondego, isto é, entre este rio e o Vouga, ao fazer por aqueles lugares não só a sua marcha sobre Lisboa, em Setembro de 1810, mas também a sua retirada nesse mesmo mês em que escreve, isto é, em Março de 1811”¹⁰.

À fome e aos assassinios, e acompanhando as vagas de desalojados e de órfãos, sucederam-se as epidemias. Regressados a suas casas, as populações encontraram a destruição e os campos estéreis. A escassez de géneros tornou-se aflitiva e os preços dispararam. Só muito lentamente a situação se normalizou. Nunca a população civil portuguesa vivera um período tão trágico¹¹. Nunca mais, felizmente, o voltou a viver. Por isso, as invasões francesas, absolutamente traumáticas, persistem na memória popular.

Sintetizando as informações que lhe chegaram dos párocos, o provisor da diocese de Coimbra – vasta região, englobando o norte do actual distrito de Leiria e ainda uma pequena porção dos de Aveiro, Guarda, Viseu e Santarém – abre assim o seu relatório de Dezembro de 1811: “O bispado de Coimbra... [que] contém 290 paróquias, apenas contará 26 delas onde não entrasse o inimigo. O terreno de todas as outras foi por ele calcado, desde o dia 21 de Setembro de 1810 até ao meio de Março de 1811”¹². A miséria é geral, diz o provisor. Segundo os seus cálculos, morreram violentamente às mãos dos soldados 3.000 pessoas e em consequência da epidemia que se seguiu, teriam falecido, no mínimo, 35 mil habitantes da diocese.

⁹ LOPES, Maria Antónia – *Na rota da 3ª invasão francesa: o concelho de Mangualde e as suas vítimas*. Mangualde: Câmara Municipal de Mangualde (em fase de publicação).

¹⁰ OLIVEIRA, João Nunes de – *A Beira Alta de 1700 a 1840. Gentes e subsistências*. Viseu: Palimage, 2002, p. 273.

¹¹ Sobre as consequências demográficas e socioeconómicas das invasões na Beira Alta, ver OLIVEIRA, João Nunes de - *A Beira Alta de 1700 a 1840...*, cit., pp. 266-287.

¹² GUIMARÃES, Vieira dos – *Breve memoria dos estragos causados no Bispado de Coimbra pelo exercito francez, commandado pelo General Massena. Extrahida das informações que derão os reverendos parocos. E remetida á Junta dos Soccorros da Subscrição Britanica...*. Lisboa: Imprensa Regia, 1812. Está também publicada em MARTINS, Maria Ermelinda – *Coimbra e a guerra peninsular*. Coimbra: Atlântida, 1944, II, pp. CCXCVII-CCCIX. Alterei ligeiramente a pontuação e actualizei a grafia de todas as citações, incluindo as que foram publicadas na grafia original.

Uma descrição que Luís Soares Barbosa, médico da Câmara e do Hospital de Leiria redigiu em Janeiro de 1813, é particularmente esclarecedora. Diz este médico, testemunha directa e envolvida nos acontecimentos, na sua longa memória:

“Pode-se marcar o princípio da epidemia no fim de Novembro de 1810. Os habitantes tendo-se retirado para as montanhas e outros lugares, principiaram a experimentar os incómodos, as inquietações e os sustos, que o retrocesso e a vizinhança do inimigo lhes causava; e então o terror e a consternação se tornou geral. O incómodo das fugidas, a desabrida exposição ao ar húmido e frio, a penúria de alimentos e a sua má qualidade, a amontoação de fugitivos em casas apertadas e baixas das aldeias, a falta de limpeza nelas, a sordidez dos vestidos por falta de mudança e lavagem excitaram a epidemia. A continuação das mesmas causas, as excreções e imundícies amontoadas, a multidão de enfermos, as exalações dos mortos a propagaram e a fizeram mais grave, perigosa e contagiosa”.

“Grande parte dos que restaram no país foram vítimas da miséria, da fome, do desamparo e da infecção, não falando dos que morreram às mãos da tropa cruel e desumana. [...]. Eu me lembro ainda do horroroso quadro, quando voltei para este desgraçado território: aldeias desertas, todo o território inculto, uma solidão espantosa, não aparecendo nem quadrúpedes nem voláteis, casas incendiadas ou derrotadas, imundícies amontoadas, vivos agonizantes, esqueletos ambulantes formavam então um espectáculo estranho, pavoroso, e mortificante”¹³.

Os relatórios elaborados por outros médicos da região corroboram as palavras de Soares Barbosa. Francisco José Lima, de Ansião, inicia o seu texto de Janeiro de 1813 dizendo que as doenças que ainda grassavam no concelho eram resultado da “debilidade e outras causas nascidas das moléstias contagiosas que começaram, quando os Franceses evacuaram esta província”. Aludindo a essa época, afirma: “foi este país [=região] por eles ocupado por muitos meses, roubando, assassinando e maltratando os povos; destes uns se retiraram para os desertos, expondo-se aos rigores da estação húmida e fria; e a maior parte para o norte do Mondego, onde viviam em diversos lugares como em montões”¹⁴.

O médico do partido da vila de Pombal, António Anastácio de Sousa, traça o mesmo cenário: “Tendo esta vila sofrido os maiores prejuízos por motivo da invasão do inimigo comum, imediatamente que os poucos habitantes se recolheram aos seus lares, destituídos de tudo o que é próprio para a conservação da existência, principiaram a

¹³ BARBOSA, Luís Soares – “Memoria sôbre as enfermidades que tem grassado na Cidade de Leiria, e seu termo...”, *Jornal de Coimbra*, 1813, nº 13, pp. 81-82.

¹⁴ *Jornal de Coimbra*, nº 14, Fevereiro de 1813, p. 173.

padecer tifos, que conservaram por muito tempo o carácter epidémico, procedidos sem dúvida pela fome e por privações de toda a qualidade”¹⁵.

E também o marquês de Sá da Bandeira presenciou o sofrimento das populações na retirada das forças francesas: “Encontrámos as povoações saqueadas e desertas, e muitas casas incendiadas. Os poucos habitantes que ao caminho nos vinham encontrar, homens, mulheres e crianças, apresentavam o aspecto o mais desgraçado; famintos, cobertos de farrapos, e parecendo alguns terem perdido a razão. A presença destes infelizes indivíduos causava o maior dó. Soldados e oficiais do exército aliado procuravam socorrê-los, partilhando com eles das suas escassas rações, que eles comiam com a avidez da fome”¹⁶.

Em Coimbra, já no mês de Junho de 1810 se vivia uma situação aflitiva: os sucessivos sacrifícios impostos desde 1808 e a contínua chegada e passagem de tropas com o conseqüente aboletamento compulsivo, a imundície acumulada, a escassez de víveres e alta de preços, conduzia à miséria e à doença grande parte da população. Em reunião de 17 de Junho da Mesa da Misericórdia, afirma-se que vivendo-se “tantas e tão extraordinárias necessidades”,

“... a numerosa classe da mesma pobreza se acha reduzida à maior consternação e miséria, tendo subido o preço do pão a treze e a catorze tostões a medida, com cujo preço não tem proporção alguma os lucros e os meios dos jornaleiros e oficiais mecânicos e geralmente de toda a mesma pobreza, a qual por isso tem padecido e actualmente padece as mais rigorosas fomes, acrescentando a este flagelo o horroroso contágio que tanto tem grassado nesta cidade e suas circunvizinhanças desde os princípios do corrente ano e que infelizmente ate aqui não tem diminuído”¹⁷.

Mas, a avaliar pela distribuição dos donativos britânicos às vítimas da 3ª invasão a que a junta nacional já procedera em Agosto de 1811¹⁸, mais grave do que no actual distrito de Coimbra, deve ter sido a devastação dos distritos da Guarda (na época, dioceses da Guarda e de Pinhel), Leiria (parte do qual pertencia e pertence à diocese de

¹⁵ *Jornal de Coimbra*, nº 16, Abril de 1813, p. 351. Nas Caldas da Rainha grassou a epidemia desde finais de 1810 até Outubro do ano seguinte. Depois, entre esse mês e Agosto de 1812, viveu-se um período em que as populações se mostraram particularmente saudáveis (*Ibidem*, nº 13, Janeiro de 1813, p. 76).

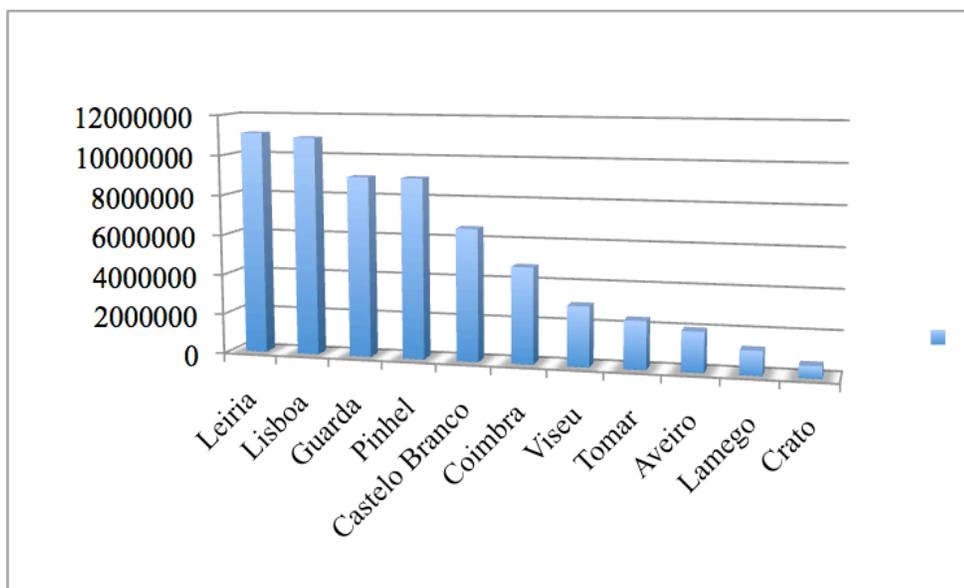
¹⁶ Sá da BANDEIRA, marquês de – *Memoria sobre as fortificações de Lisboa*. Lisboa: Imprensa Nacional, 1866, p. 104. Agradeço ao Major-general Rui Moura a indicação deste trecho.

¹⁷ Arquivo da Misericórdia de Coimbra, *Acórdãos da Meza*, Lº 5º, fl. 187-187vº.

¹⁸ Lisboa, Impressão Regia, 1811 (folha avulsa), Arquivo da Universidade de Coimbra (doravante AUC), *Invasões Francesas*, “Donativo britânico”, doc. 190.

Coimbra), Santarém (prelazia de Tomar e porção da então diocese de Lisboa) e Castelo Branco.

**Gráfico 1 – Distribuição do Donativo Britânico (réis) até Agosto de 1811.
Dioceses e prelazias da época**



Fonte: Publicação da Junta dos Socorros da Subscrição Britânica, Lisboa, Impressão Regia, 1811.

Segundo João Oliveira Nunes, na Beira Alta, fortemente penalizada, entre 1801 e 1811 desapareceram mais de 5.000 agregados familiares, representando um decréscimo de 5,5%, muito superior ao que se verificou a nível nacional, onde essa redução foi de 1,2%¹⁹. Dentro da Beira Alta, “as maiores dificuldades foram sentidas nas terras de Riba Côa”²⁰.

As vítimas da diocese de Coimbra

Um Aviso Régio de 25 de Março de 1811 mandou proceder ao registo dos estragos, incêndios e mortos provocados pela última invasão, revelando não só que se dava a vitória como certa, mas, sobretudo, demonstrando que o governo possuía uma notável capacidade de reacção. É que a 25 de Março, quando se procuravam apurar as vítimas e os prejuízos, ainda Massena estava na região da Guarda e só saiu de Portugal a 4 de

¹⁹ OLIVEIRA, João Nunes de - *A Beira Alta de 1700 a 1840...*, cit., pp. 301-302.

²⁰ OLIVEIRA, João Nunes de - *A Beira Alta de 1700 a 1840...*, cit. p. 274.

Abril, tendo deixado uma guarnição na praça de Almeida que só a abandonou a 11 Maio. Para se cumprir o Aviso, foram encarregados os párocos de elaborar relações dos prejuízos e vítimas das suas freguesias. É esta documentação, relativa à diocese de Coimbra, que irei explorar²¹.

População assassinada

As listagens lavradas pelos párocos não incluem os mortos em combate (tanto em exército regular como em guerrilha), mas apenas os civis acometidos pelos invasores. Além disso, saliente-se, muitos curas não consideram os que morreram em consequência dos maus-tratos sofridos. Porque o não fizeram em geral, não os englobei nas contagens, como, por exemplo, na freguesia de Lamas, concelho de Miranda do Corvo, onde (segundo afirma o pároco, talvez com algum exagero) além dos 21 mortos faleceram mais 70 pessoas nessas condições. Uma outra fragilidade da fonte é o facto de muitos relatores não especificarem as crianças, o que não me permitiu contabilizá-las. Quando o fizeram, nem sempre discriminaram os sexos. Neste caso, incluí-as apenas nos totais.

Contabilizadas as relações que discriminam os mortos por sexos – que não englobam a totalidade das paróquias da diocese –, apurei a cifra de 3.305 pessoas assassinadas, sendo 919 mulheres (28% das vítimas). Se atendermos apenas aos relatórios que especificam as vítimas por sexo e por freguesia (53% do total do bispado)²², em princípio registos mais cuidadosos, a percentagem de mulheres sobe para 31%. São 717 em 2.350 homicídios.

Quanto aos mortos causados pela epidemia, segundo as mesmas fontes, foram em números avassaladores. Na Figueira da Foz, onde não houve assassínios porque os invasores não passaram por lá, sucumbiram 4.135 indivíduos por doença, entre naturais e refugiados. Em Vila Verde, povoação vizinha onde também os invasores não entraram, estão assinaladas 290 vítimas da epidemia, além dos estragos causados pelos fugitivos que se acolheram à freguesia. Em Mata Mourisca (concelho de Pombal), acrescem aos 62 homicídios, 624 mortos por doença e na Lousã aos 106 assassinados, 491 pessoas

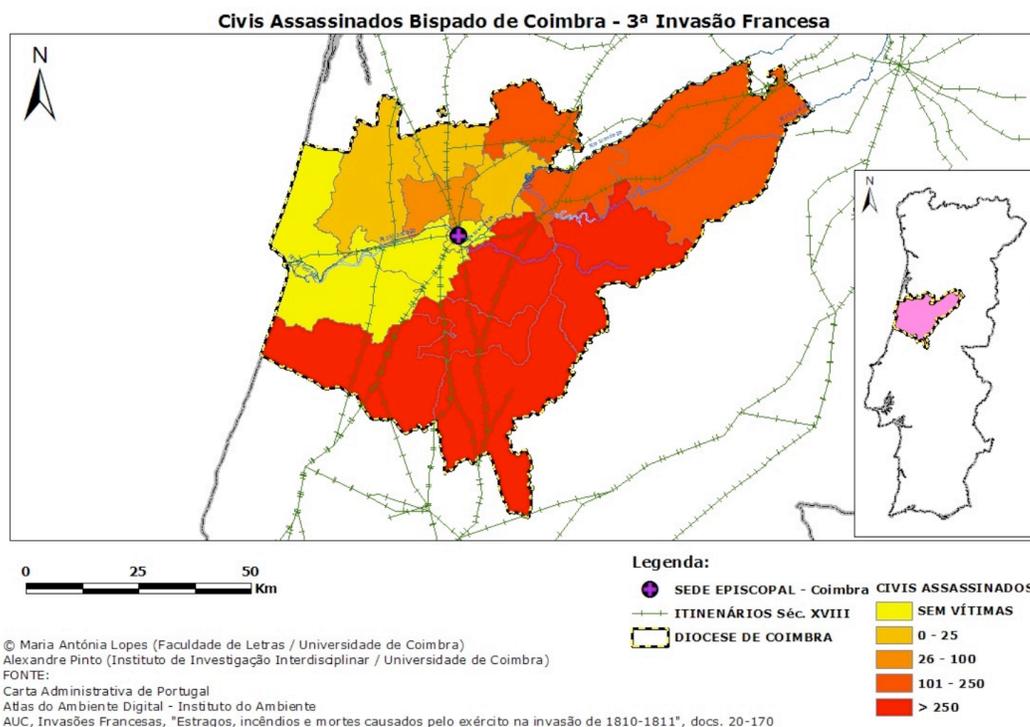
²¹ AUC, *Invasões Francesas*, “Estragos, incêndios e mortes causados pelo exército na invasão de 1810-1811”, docs. 20-170.

²² Certas relações apresentam os números por arceprelado, sem discriminar as paróquias ou fazendo-o apenas em algumas.

dizimadas pela epidemia²³. No concelho de Miranda do Corvo, já em 1931, a partir do registo paroquial de óbitos, Belisário Pimenta contabilizou 728 mortos entre Março e Julho de 1811, sendo que o número médio dos 4 anos anteriores fora apenas de 17²⁴.

Cartografamos a distribuição no espaço das vítimas mortais da violência constantes nas relações dos párocos.

Mapa 1– Homicídios por arciprestrados (3.305 vítimas)²⁵



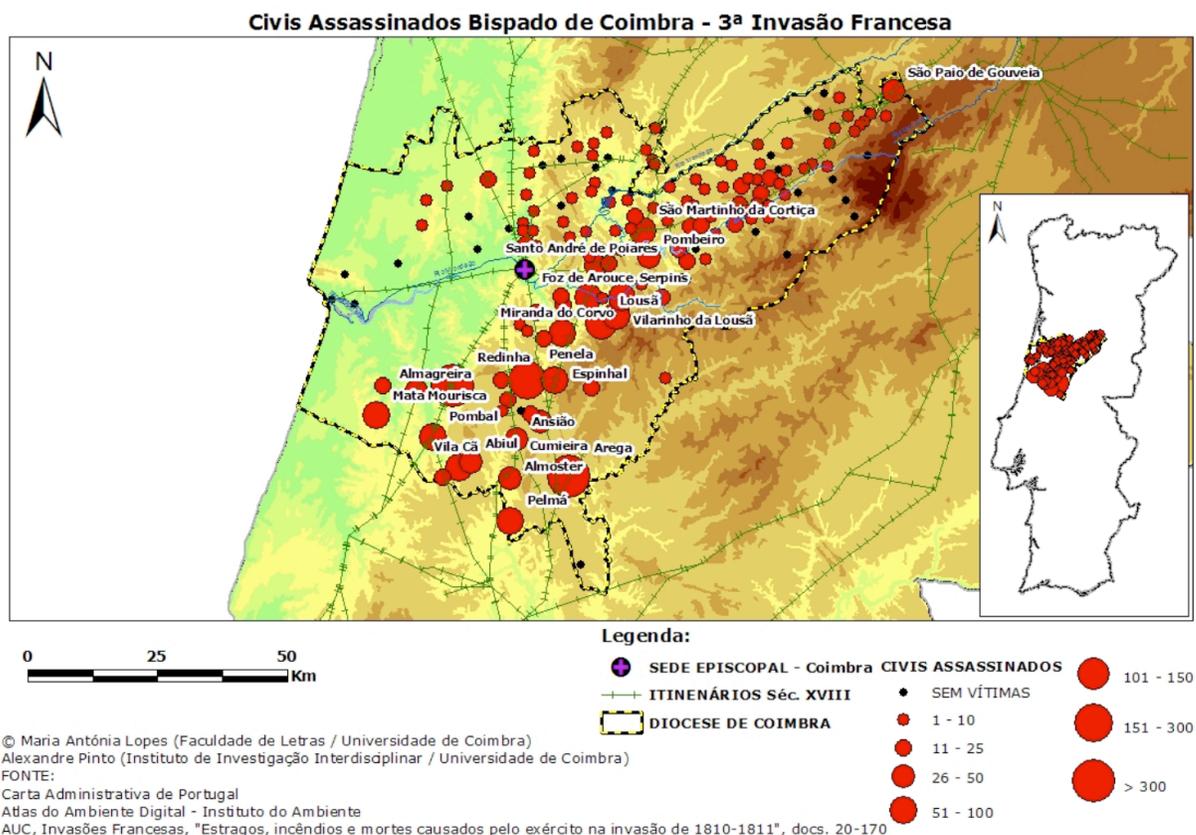
Este mapa 1, que engloba a totalidade das vítimas registadas, elucidá-nos de imediato sobre as regiões mais afectadas. O seguinte, embora omita cerca de 1.000 homicídios, o que é lacuna importante, é muito esclarecedor porque permite distribuí-los por paróquias.

²³ Sobre as consequências da guerra no concelho da Lousã, ver SECO, Ana Filipa Rodrigues – *O combate de Foz de Arouce (1811): evocação histórica*. Coimbra: Faculdade de Letras, 2009 (Relatório de Mestrado policopiado), pp. 34-44.

²⁴ PIMENTA, Belisário – “A Campanha de Massena em Portugal (capítulos duma monografia local)”, *Revista Militar*, 1931, pp. 392-393.

²⁵ Agradeço ao Professor Doutor José Pedro Paiva esclarecimentos sobre a divisão arciprestral do bispado. Os itinerários apresentados nos mapas são os que constam em CARVALHO, Joaquim Ramos de – “A rede dos correios na segunda metade do século XVIII” in Margarida Sobral Neto (coord), *As Comunicações na Idade Moderna*. Lisboa: Fundação Portuguesa das Comunicações, 2005, p. 77-94.

Mapa 2 – Homicídios por paróquias (2.350 vítimas)



O sangue que mancha o mapa 2 acompanha visivelmente as rotas bem conhecidas dos invasores, contornando as serras e procurando localizar as estradas. Grande parte do percurso dos Franceses, à entrada, efectuou-se pela margem norte do rio Mondego, mas repare-se que a maior mortandade se encontra ao longo das estradas a sul do rio, isto é, no trajecto utilizado na retirada e, por certo, também, nas incursões efectuadas durante a imobilização nas linhas de Torres. É bem nítido o desvio de Coimbra de 1811, passando os exércitos e o seu rasto de vítimas a tomar a direcção SW-NE. Parecem confirmar-se as palavras do arcebispo de Sinde (concelho de Tábua) quando escreve que os Franceses eram “comandados por chefes incapazes de pelejar com honra e capazes de fazer guerra só à fraqueza”²⁶.

Para a cidade de Coimbra não possuímos registo das vítimas, mas os relatos indicam ter sido poupada em número de vidas porque em 1810 a evacuação foi

praticamente total, para espanto e desespero do exército invasor que nunca acreditou ser possível numa cidade dessa dimensão. Além disso, a violência provocada pela necessidade absoluta de alimentos foi muito mais acentuada em 1811, na retirada. E nesta marcha, como se disse, os invasores não conseguiram entrar em Coimbra.

O litoral, quase sem vias de comunicação e distante das rotas que ligavam o Centro e Lisboa, foi poupado, assim como as zonas montanhosas de difícil acesso e refúgio das populações em fuga. A paróquia mártir foi a Redinha²⁷ (concelho de Pombal), na estrada que ligava Lisboa ao Porto, onde foram assassinados 341 civis, cerca de 20% da sua população. Segue-se Penela com 188 mortos e a Lousã com 106. Mas também nas terras do concelho de Alvaiázere, os sofrimento foi muito. Eis as palavras do prior de Pelmá:

“Não se podem numerar, nem tão pouco vir no miúdo conhecimento dos atrozes procedimentos dos bárbaros procedimentos que os inimigos cometerão nesta freguesia; e jamais poderá haver quem miudamente descreva suas atrocidades porque eles executavam quantas barbaridades lhe[s] vinham à imaginação. Sim, Excelentíssimo Senhor, o seu brutal apetite não perdoou ao sexo octogenário nem à pura inocência e, não satisfeitos desta calúnia e violência, moeram estas com pancadas, de que se tem seguido infinita mortandade. Nesta igreja nada deixaram que imagens mutiladas e degoladas; [...]. Pelo que pertence aos roubos desta freguesia é incalculável o seu valor, porque, ainda que se quisesse fazer uma exacta averiguação pelos moradores, estes mesmos não saberiam dar uma exacta conta de sua perda porque levaram todos os gados de todas as qualidades: bois, bestas, porcos, cabras, ovelhas, perus e galinhas. De pão, vinho, azeite e legumes nada ficou nem vestígio. Pelo que pertence a roupas, as que lhe[s] não faziam conta rasgavam e faziam dela aos cavalos cama para que deste modo apodrecesse e os donos se não utilizassem. Trastes de casa e[ra] com que os malvados faziam as fogueiras e aqueciam os fornos; toda a qualidade de louça a faziam mais miúda que sal [...]. Mas o procedimento que mais horroriza destes infames bárbaros, é as mortes que perpetraram nesta freguesia, que julgando este povo que lhe[s] escapava pelos bosques e fragas, não lhes escapou de trilhar a unhas de cavalo as fragas mais ásperas e esconderijos mais invadiáveis aonde apanharam quase todo o povo, aonde mataram 56 pessoas umas à bala, outros enforcados e outros a baioneta e também a espada; e os que não morreram logo, ou têm morrido ou ficaram mutilados e se acham na disposição de durarem pouco, porque além destes golpes, os deixavam nus e descalços. Entre o número de mortos foi o padre Miguel Lopes Alumbre que depois de lhe darem um sem número de picadas, lhe arrancaram as barbas, tiraram-lhe os olhos e afinal o passaram com duas balas”²⁸.

Os párocos de Arganil, Vila Cova de Alva e Góis também narram as barbaridades cometidas. O primeiro descreve a morte de um colega de 76 anos: “Foi morto pelo modo

²⁶ AUC, *Invasões Francesas*, “Estragos, incêndios e mortes...”, doc. 146.

²⁷ Como se sabe, a 12 de Março de 1811 travou-se aqui um combate.

²⁸ AUC, *Invasões Francesas*, “Estragos, incêndios e mortes...”, doc. 21.

o mais cruel: depois de ser atormentado cruelmente no campo, aonde foi achado, daí foi trazido com uma corda ao pescoço para sua casa, aonde depois de lhe[s] ter dado todo o dinheiro que tinha escondido em várias partes, o mataram à espada e baioneta, castrando-o sobre a cama e levando em um barrete eclesiástico as suas partes pudendas”²⁹.

Por sua vez, conta o vigário de Góis que a um dos seus paroquianos “o mataram com toda a crueldade porque lhe cortaram os pulsos dos braços ambos, ficando-lhe pendurados, e depois o acabaram a tiro”³⁰. E, último exemplo, relata o prior de Vila Cova de Sub-Avô (actual Vila Cova de Alva, concelho de Arganil):

“Mataram também a um clérigo [...] muito achacado de gota, por cuja moléstia havia quatro meses que estava de cama. E quando foi a invasão se retirou em um carro para um lugar retirado daqui um pouco, onde lhe parecia estava seguro, mas os malvados lá foram dar com ele em um mato e à força e com cutiladas, picadas e pancadas o fizeram andar uma ladeira e no cimo dela lhe partiram ou dividiram a coroa em quatro partes e lhe fizeram pela barriga suas aberturas, de sorte que se viam as entranhas. Depois de o martirizarem com tormentos indizíveis, acabou com um tiro sua vida, tendo de idade 49 anos e sendo ainda para mais seu pai espectador desta cena tão trágica, o qual também logo mataram com um tiro”³¹.

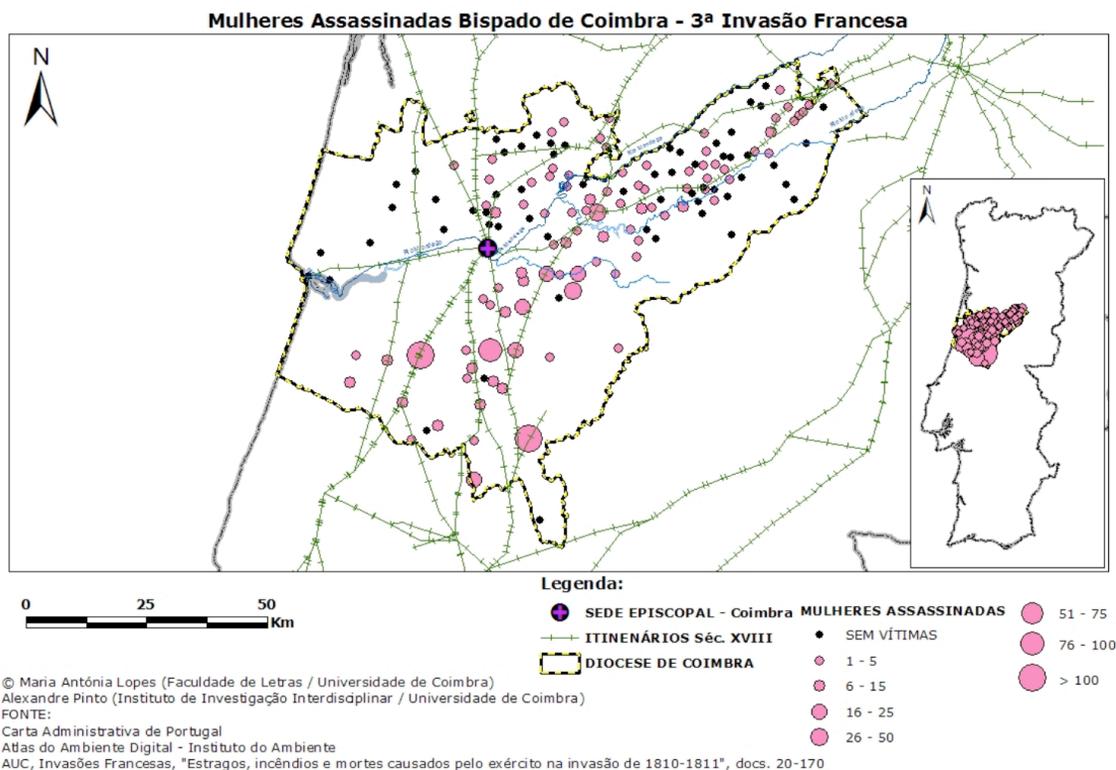
Foquemos agora só as mulheres, muito massacradas nesta invasão.

²⁹ AUC, *Invasões Francesas*, “Estragos, incêndios e mortes...”, doc. 28.

³⁰ AUC, *Invasões Francesas*, “Estragos, incêndios e mortes...”, doc. 62.

³¹ AUC, *Invasões Francesas*, “Estragos, incêndios e mortes...”, doc. 105.

Mapa 3 - Homicídios de mulheres por paróquias (717 vítimas)



Com algumas exceções, a distribuição espacial das mulheres mortas pelos militares franceses acompanha de perto a que já foi determinada. Residir em povoação com estrada foi-lhes fatal. A Redinha encabeça novamente a lista, com 170 vítimas femininas, isto é, 50% dos homicídios praticados nessa localidade. Uma vez mais Penela surge em 2º lugar, com 77 defuntas (41% dos mortos) e, muito abaixo, Vilarinho da Lousã e S. Martinho da Cortiça (concelho de Arganil), ambas com 26. Mas se em Vilarinho a mortalidade feminina representa 38%, em S. Martinho atinge os 51%. Todas estas terras foram devastadas na retirada francesa. Os soldados dispersavam em surtidas atacando tudo e todos. Em Foz de Arouce (concelho da Lousã) mataram 14 homens e “só” 4 mulheres em Dezembro de 1810, mas em Março de 1811 assassinaram 16 homens e 20 mulheres. É possível que o recuo do exército, com a soldadesca desesperada de esgotamento e fome, tenha sido mais dramático para as mulheres. O pároco de S. Miguel de Poiares, terra invadida nas duas vezes e onde a percentagem de vítimas femininas atinge os 73%, afirma que pelo Natal de 1810, embora os invasores os tivessem colhido

de surpresa, as mortes e atrocidades foram muito menores do que nos três dias que aí estiveram em Março do ano seguinte.

Como morreram estas mulheres? Os dados são escassos, mas sabemos que em Góis pereceu uma a tiro (quando fugia) e as outras “a golpe de ferro”; que em Vila Cova de Alva, Bernarda Maria, viúva de 60 anos, por ter “resistido as desonestidades que lhe queriam fazer lhe deram um tiro”; que em Arganil, Mariana Mendes, viúva, foi morta a espada e depois queimada e a Maria, casada, arrancaram-lhe a língua e mataram-na com tormentos vagarosos; e que em Nogueira do Cravo (concelho de Oliveira do Hospital) assassinaram três mulheres (sendo duas entrevadas) “com tanta barbaridade que lhes tiraram os olhos e arrancaram a língua”³².

Isto é, pelo menos em nove freguesias do bispado o número de mulheres mortas foi superior ao dos homens; com o mesmo número ou com apenas menos uma vítima, contabilizei mais nove povoações; nas restantes 135 os homens foram assassinados em maior número. Se o total de homens martirizados foi superior, as mulheres representam 28% a 31% do total dos homicídios, o que é uma percentagem muito elevada. Quanto a requintes de crueldade, em nada foram poupadas. Como explicar esta inusitada violência contra as mulheres? Recordemos que a fome desesperava os soldados e que as mulheres mortas eram camponesas, isto é, as guardiãs dos víveres. É bem possível que as mortes e torturas de que foram vítimas se expliquem pela sua resistência em ceder os mantimentos.

A violência contra as mulheres em tempos de guerra traduz-se sempre em crimes sexuais. Disponho de pouca informação sobre o número de vítimas de violação, a quem alguns párocos chamam cruamente “mulheres estragadas” ou, pelo contrário, de forma muito casta, “mulheres vistas”. Como veremos adiante, é assim que elas próprias se designam. Lemos já o testemunho do prior de Pelmá que, escolhendo cuidadosamente as palavras, se referiu à violação de meninas e de anciãs, mas é para os arciprestados de Sinde e Arganil que temos mais notícias. Assim, em Sarzedo (concelho de Arganil), onde foram mortas quatro mulheres (os homens foram 10), as “moças aprisionadas e estragadas” atingiram o número de 56; em Meda de Mouros (concelho de Tábua), com 13 vítimas mortais (10 homens e 3 mulheres), o pároco assinalou 43 “mulheres que foram estragadas”; em Celavisa (concelho de Arganil) a soldadesca levou consigo “15 raparigas

³² AUC, *Invasões Francesas*, “Estragos, incêndios e mortes...”, docs. 28, 62, 97, 105.

da freguesia que voltaram estragadas”. Em três outras povoações regista-se que “foram muitas” as mulheres violadas. Afirmo o pároco de Mouronho (concelho de Tábua) que os Franceses passaram “à maneira de tempestade” e que foram as mulheres que mais sofreram com a sua violência. Em Góis, terão escapado à violação ou, então, o vigário preferiu não esclarecer o assunto: “Roubaram desta freguesia, na primeira vez que entraram, 25 mulheres e raparigas, que, indo fugindo, ficaram dentro do cerco; e todas depois de roubadas as faziam carregar com os fardos e mais coisas que furtavam, pondo-as todas descalças e com poucos vestidos, mas por misericórdia de Deus pouco tempo estiveram em poder do inimigo, algumas apenas duas horas, outras seis, e logo vieram ter a suas casas”³³.

Sobreviventes mas espoliados

Como o exército aliado vencera a batalha do Buçaco a 27 de Setembro de 1810, em Coimbra comemorou-se efusivamente. Mas Wellington decidiu rumar a Lisboa, abandonando aquela cidade, onde só na madrugada do dia 29 de Setembro se percebeu que o exército inimigo se encontrava às suas portas. Foi ordenada a total evacuação da urbe e a destruição de tudo o que não pudesse ser transportado. Em pânico, pobres e ricos, padres e freiras, velhos e novos, fugiram em direcção a Lisboa e ao porto da Figueira da Foz ou embrenharam-se por matos e pinhais, mas muitos foram capturados e violentados na estrada real. Outros, impossibilitados de caminhar por doença ou velhice ou esperançados na clemência do invasor, permaneceram e sofreram as consequências. Igrejas, conventos, colégios, recolhimentos, câmara municipal, seminário, misericórdia, lojas, casas particulares... tudo foi saqueado. A pilhagem de Coimbra, de 1 a 3 de Outubro de 1810, foi absolutamente devastadora e não tem sido devidamente valorizada pelos historiadores, não obstante ter sido cabalmente comprovada já em 1944 por Maria Ermelinda Fernandes Martins³⁴. Só a Universidade escapou parcialmente, protegida pelos cuidados dos oficiais portugueses que integravam as tropas invasoras. As residências das populações humildes também não foram poupadas. Quando regressaram não possuíam uma peça de mobiliário ou um fato com que se cobrissem. Aos Franceses tinham-se

³³ AUC, *Invasões Francesas*, “Estragos, incêndios e mortes...”, doc. 62.

seguido as pilhagens feitas pelo povo que entretanto voltara e pelos refugiados das zonas a sul do Mondego. Em petições de esmolas dirigidas à Misericórdia de Coimbra na Páscoa de 1813, 63 mulheres evocam ainda estes acontecimentos, responsabilizando-os, pelo menos em parte, pela indignação que sofriam quase três anos depois³⁵.

Em inícios de 1811 viveu-se na cidade um cenário dantesco. A Santa Casa da Misericórdia não dispunha dos recursos necessários para acudir aos “imensos pobres que de fora se tinham acolhido a esta cidade”. Por ordem de Trant, todos os habitantes de Miranda do Corvo, Lousã e circunvizinhanças até ao rio Alva haviam sido obrigados a retirar para norte do Mondego. As populações acorreram a Coimbra, refugiando-se nas casas abandonadas, e só regressaram às suas terras a partir de 10 de Abril, quando tal foi autorizado. Os dirigentes da Misericórdia sentiam-se tão vivamente impressionados com o ambiente da cidade em Fevereiro de 1811, que afirmam tratar-se de “uma calamidade incomparável, de que não há memória nos séculos passados”³⁶.

Por esta altura, a 23 de Março de 1811, o padre Manuel Gomes Nogueira, em carta ao seu irmão José Acúrsio das Neves, relata-lhe o que tinham sofrido na zona de Arganil às mãos dos invasores. A citação é longa, mas justifica-se:

“Os primeiros que nos acometeram, foi em 14 de Fevereiro, aparecendo de repente em Góis uma divisão [...] e somente junto da vila se deu notícia deles, e se não fosse um homem que os viu entravam sem serem vistos. No pequeno espaço que mediou até eles se apresentarem defronte da terra, se ajuntaram algumas espingardas que de dentro da vila fizeram fogo para além da ponte e eles se retiraram e deixaram 7 ou 8 bois que os de Góis lhes tomaram e logo puseram a salvo para a freguesia de Cadafaz. Mas os malditos se foram unir com outros que tinham ficado mais atrasados, entraram na vila e fizeram as barbaridades do costume [...].

No dia 17 do mesmo Fevereiro estiveram também a pontos de entrar em Arganil, sem serem pressentidos, pois tendo-se retirado a 15 de Góis para Serpins, com imensos gados e roubos de Góis, Várzea [de Góis, actual Vila Nova do Ceira] e toda a Serra de Santa Quitéria, estava Arganil mais sossegada, mas no dito dia 17, que era domingo, de manhã ao sair da primeira missa, chegou a noticia de que já vinham na Ribeira da Aveia (vê agora o perigo que houve, se entravam enquanto se estava à primeira missa). Ninguém se persuadia de tal por ser voz só de um homem, mas veio segundo, que confirmou o primeiro, e então se pôs tudo em reboição e fuga, e eles entraram de

³⁴ MARTINS, Maria Ermelinda – *Coimbra e a guerra peninsular*, cit., I, pp. 288-296. Esta autora utilizou o fundo documental do AUC aqui explorado, publicando a lista das pessoas da cidade de Coimbra contempladas pelo Subsídio Britânico (I, p. 360-373).

³⁵ Cf. LOPES, Maria Antónia – *Pobreza, assistência e controlo social em Coimbra (1750-1850)*. Viseu: Palimage, 2000, II, p. 264.

³⁶ LOPES, Maria Antónia – *Pobreza, assistência e controlo social...*, cit., I, pp. 691-692.

repente, como galgos atrás da gente, e imediatamente subiram ao Casal [da] Nogueira e se espalharam pelos montes, vales, pinhais, mataram 5 pessoas e feriram muitas [...].

Estiveram neste dia em Arganil somente 2 para 3 horas; passaram a Celavisa, onde mataram e fizeram o mesmo que em Arganil [...]. No dia 12 de Março tornaram a entrar os Franceses em Arganil. No dia 14 subiram à serra no lugar da Aveleira [...] onde apanharam muitos gados, vieram sobre Adela e fizeram cerco a toda a ribeira de Celavisa, onde não ficou moita que não fosse mexida [...]. Estiveram sempre passando Franceses todos os dias seguintes, ora mais ora menos, até que no dia 17 foi a maior enchente de cavalaria e infantaria, e então foi a destruição de Arganil. Mataram 10 pessoas que ainda apanharam”. [...]

“No dia 19 logo de manhã me constou aqui da chegada das nossas tropas [...]. Desci logo à vila [Arganil] e fui dos primeiros que lá entrámos depois dos Franceses. Corri as casas dos nossos amigos e as igrejas todas e causava horror ver semelhante confusão: as portas quebradas, as casas não pareciam senão uma confusão, trastes despedaçados, tudo revolto, nada em seu lugar, as lojas cavadas, quantos esconderijos se tinham feito para cada um refugiar o que podia, tudo descoberto, pelas ruas louças quebradas, animais mortos, uns inteiros, outros em pedaços, de outros só as entranhas e fétido por toda aparte.

Parti logo para o Sarzedo e por toda a estrada abaixo eram os mesmos vestígios de animais mortos” [... Em] Sarzedo fizeram muita carnagem, porque os habitantes como lá não tinham ido Franceses não se acautelaram a si nem aos seus gados; e, portanto, perderam tudo e morreu muita gente: o número não o posso ainda dizer, mas consta-me que morreram famílias inteiras”.

“... Agora o que mais deve lamentar-se é a fome, porque não só os pobres, mas também os ricos não têm coisa alguma que comam, porque por onde passou a tormenta nada absolutamente ficou, nem de mantimentos, nem de carnes, nem de hortaliças. E se alguma coisa escapou ao inimigo, o limpou a nossa tropa e assim mesmo os pobres soldados vão mortos de fome”³⁷.

Entretanto, na Grã-Bretanha, o Parlamento e a população arrecadavam grandes somas de dinheiro destinadas às vítimas portuguesas da Guerra Peninsular. Para organizar a repartição das verbas foi constituída uma comissão central em Lisboa, a “Junta dos Socorros da Subscrição Britânica”, que por sua vez encarregou os bispos da distribuição dos donativos – abro aqui um parêntesis para salientar que ao incumbir o auxílio aos pobres à hierarquia eclesiástica, configurou-se um caso absolutamente singular na política assistencial portuguesa³⁸. De facto, no nosso país, e ao contrário do que tantas vezes se

³⁷ Cit. por PEREIRA, Ângelo – *D. João VI príncipe e rei. A independência do Brasil*. Lisboa: Empresa Nacional de Publicidade, 1956, p. 138-141. Agradeço à Professora Doutora Regina Anacleto a indicação desta fonte.

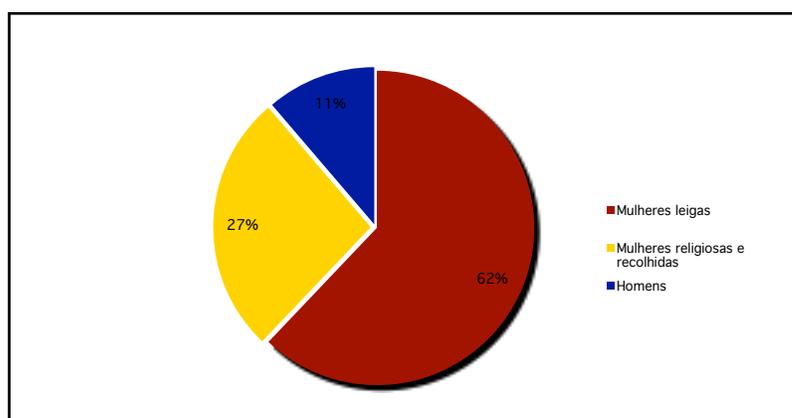
³⁸ O facto explica-se, decerto, porque a Junta dos Socorros era dirigida pelo cônsul inglês, John Jeffery, alheio à *praxis* assistencial portuguesa. Dos dez indivíduos que compunham a comissão, pelo menos cinco eram ingleses.

diz, até ao século XX o papel da Igreja na assistência foi marginal, especificidade portuguesa dentro da Europa católica³⁹.

Conservam-se no Arquivo da Universidade de Coimbra algumas centenas de petições de vítimas suplicando o auxílio⁴⁰. São na sua grande maioria de habitantes da cidade⁴¹, mas há algumas de povoações rurais.

Do centro urbano – excluindo as comunidades femininas vivendo em conventos e recolhimentos, que serão tratadas à parte – temos 352 petições. Destaca-se a freguesia da Sé com 24,4% dos requerimentos atendidos, provavelmente beneficiada por ser o provisor do bispado a distribuir o subsídio, pois tanto em área como em características sociais, era equivalente à de S. Pedro que, embora seja a 2ª paróquia mais contemplada, só recebeu 13,1% dos donativos. Das 352 petições deferidas (todas da cidade), 298 são subscritas por mulheres, isto é, 85%. A proporção de mulheres entre os socorridos das povoações rurais é ainda mais avassaladora: 141 em 149 (95%)⁴².

Gráfico 2 - Socorros prestados pelo subsídio britânico às vítimas da guerra residentes em Coimbra (1812/13)



³⁹ Ao contrário do que geralmente se pensa, as misericórdias não eram tuteladas pela Igreja, nem faziam parte das suas estruturas. Cf. SÁ, Isabel – *As misericórdias portuguesas de D. Manuel I a Pombal*. Lisboa: Livros Horizonte, 2001; LOPES, Maria Antónia – “Poor Relief, Social Control and Health Care in 18th and 19th Century Portugal” in O. P. Grell; A. Cunningham; B. Roeck (ed.), *Health Care and Poor Relief in 18th and 19th Southern Europe*. UK/USA: Ashgate Publishing, 2005, pp. 142-163; SÁ, Isabel e LOPES, Maria Antónia – *História breve das misericórdias portuguesas (1498-2000)*. Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra, 2008; LOPES, Maria Antónia – *Protecção Social em Portugal na Idade Moderna*. Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra, 2010, pp. 113-117.

⁴⁰ AUC, *Invasões Francesas*, “Subsidio britânico: requerimentos para donativos...”, docs. 241-901. As petições, como era vulgar na época, não estão datadas, mas os despachos favoráveis são de 1812 e 1813.

⁴¹ Coimbra dividia-se em nove paróquias, mas de uma delas, S. Bartolomeu, restam apenas cinco requerimentos, estando, pois, manifestamente, incompleta. Outra fragilidade da fonte é o facto de só terem sido preservadas as petições atendidas.

Deve sublinhar-se que 31 peticionárias de Coimbra (10,4%) tinham direito ao tratamento de “Dona”, o que remete, de imediato, para um escol social. Escol social, sem dúvida, mas reduzido à miséria.

Com informação sobre o estado conjugal de metade do universo feminino, percebemos, como seria de prever, que a grande maioria é composta por mulheres não casadas: 52% são viúvas e 32% são solteiras. Mas há variações a salientar: 70% das requerentes da vila de Pombal (que fora incendiada) são solteiras e da pequena freguesia de Belide (concelho de Condeixa-a-Nova) as casadas são ligeiramente maioritárias.

Os textos das petições, muito curtos, expõem a situação de cada uma. É evidente que sendo analfabetas na sua maioria, as mulheres tiveram de recorrer a alguém para os redigir. As que eram já pobres antes da guerra estavam habituadas a fazê-lo, pois a principal instituição assistencial da cidade (a Misericórdia), que concedia esmolas em grande quantidade três vezes por ano, não o fazia indiscriminadamente: todos tinham de entregar um requerimento onde descreviam a situação concreta em que se encontravam, sendo a sua veracidade atestada pelo pároco e também por um médico ou cirurgião quando o pobre alegava ser doente. Tive já ocasião de trabalhar estas súplicas e comprovar as suas potencialidades como fonte para a história da pobreza⁴³.

As petições das vítimas da guerra, não trazem, em geral, certificado de veracidade, mas é possível que, sendo a distribuição organizada pela autoridade eclesiástica, tivessem já passado por uma selecção feita pelos párocos.

Eis algumas expressões utilizadas pelas requerentes:

- “roubada dos malvados franceses que a puseram e deixaram em miserável estado”;
- ficou “pobre como Job”;
- “roubada e vista pelos franceses de modo que lhe é preciso pedir capote emprestado para ir dar ordem a sua vida”;
- a quem os Franceses nada deixaram “nem para cobrir seu corpo”;
- fugiu “e à volta nada encontrou em casa”.

⁴² Conservam-se poucas petições das povoações rurais. Esta cifra respeita a seis freguesias diferentes.

Apesar de redigidos por outrem que lhes insere frases feitas (“a generosa nação britânica”, por exemplo), estes textos são testemunhos directos de quem habitualmente não deixa a sua voz perpetuada na escrita. Assim sendo, publico integralmente sete súplicas que, após 200 anos, continuam a interpelar-nos. E a perturbar-nos⁴⁴.

1ª: “Ilustríssimo Reverendíssimo Senhor Doutor Provisor

Diz Teresa de Jesus, órfã pobríssima que foi vista e roubada dos Franceses de tudo que tinha ganhado pelo seu trabalho, razão porque pede a Vossa Senhoria a queira favorecer com uma esmola da generosa nação britânica.

Espera de Vossa Senhoria o bom despacho desta súplica pois é digna de compaixão e é da freguesia de Santa Justa”⁴⁵.

Recebeu um cobertor em 21 de Março de 1813.

2ª: “Diz Josefa de Jesus do lugar da Copeira, freguesia da Sé desta cidade, que por ouvir dizer, sabe que Vossa Senhoria está repartindo pelos pobres, e roubados pelos Franceses um donativo oferecido pela nação britânica a favor das mesmas pessoas, e porque a Suplicante também foi saqueada pelos mesmos inimigos chega humildemente aos pés de Vossa Senhoria Ilustríssimo Senhor Doutor Provisor, e

Suplica que se digne favorecê-la com alguma coisa daquele donativo, e nisto recebera mercê”⁴⁶.

Recebeu 13,3 metros⁴⁷ de chita em 11 de Agosto de 1812.

3ª: “Diz Pedro José Leal, mestre serralheiro nesta cidade da freguesia da S. Cristóvão, que pela invasão do inimigo ficou tão roubado de toda a sua casa e trastes de sua mulher e filha, que ficaram num estado de não poderem aparecer; e ainda hoje não tem tido meios para se vestir decentemente; porque ao suplicante até não lhe deixaram nem um só instrumento da sua oficina para poder trabalhar, de forma que se alguma pequena obra se lhe oferece é preciso pedir por favor que lha deixem fazer nalguma oficina alheia. E porque tem notícia que Vossa Senhoria há-de distribuir em esmolas algum dinheiro do donativo inglês, que foi incumbido a caridade e rectidão de Vossa Senhoria para este fim, por isso

⁴³ LOPES, Maria Antónia. *Pobreza, assistência e controlo social ...*, cit., I, p. 583-586; II, p. 107-110, 156-168, 182-259, 263-277.

⁴⁴ Escolhi algumas simples e toscas e outras mais ricas em informação e optei por não as remeter para anexo, conferindo-lhes assim maior visibilidade.

⁴⁵ AUC, *Invasões Francesas*, “Subsidio britânico: requerimentos para donativos...”, doc. 294.

⁴⁶ AUC, *Invasões Francesas*, “Subsidio britânico: requerimentos para donativos...”, doc. 448.

⁴⁷ Converteram-se as medidas originais, em côvados.

Pede a Vossa Senhoria se digne contemplar o suplicante com uma das ditas esmolas compreendendo igualmente sua mulher e sua filha, que estão necessitadas dos ornamentos mais precisos para aparecer decentemente”⁴⁸.

Receberam 10,8 metros de chita em 12 de Agosto de 1812.

4ª: “Diz Felícia Maria, criada do Sr. cônego Luís Rebelo de Albergaria, assistente na rua do Cabido, freguesia da Sé, que pela invasão dos inimigos foi a suplicante roubada sem que lhe ficasse coisa alguma do que tinha ganhado no decurso de tantos anos. Sendo para maior a sua desgraça que nas fugidas quebrou uma perna que, por mal curada, a obriga andar em muletas de que não tem esperança de melhoras.

E porque a suplicante não tem nada das suas(?) roupas que tinha, nem poderá já ganhar coisa que possa servir para a moléstia e impossibilidade em que se acha

Pede a Vossa Senhoria seja servido repartir com a suplicante alguma coisa de donativos que das liberais mãos de Vossa Senhoria se confiaram”⁴⁹.

Recebeu 11,8 metros de chita em 30 de Agosto de 1812.

5ª: “Diz Mariana Teresa, viúva, assistente na freguesia da Sé desta cidade, que ela e sua filha Antónia Joaquina foram roubadas pelos Franceses de tudo quanto possuíam levando-lhes roupas, capotes, e vestidos, deixando-as quase nuas e sem nada do preciso, de sorte que muitos dias festivos não foram á missa, e para o fazer em alguns o faziam com capotes e saias emprestados, e porque são muito pobres, e ela suplicante já de setenta anos e sua filha mais de cinquenta, e doentes, não têm meios para se poderem vestir. E porque tem notícia que a generosa nação britânica pôs nas mãos de Vossa Senhoria um donativo de fazendas para serem distribuídas por Vossa Senhoria em vestuário a pessoas pobres e necessitadas; e a suplicante, sua filha e uma pequena de oito anos que tem em casa por esmola, filha de hum carpinteiro a quem morreu a mãe e ficou desamparada, todas três necessitam de capotes e saias; portanto rogam a Vossa Senhoria que por sua muita caridade se compadeça das suplicantes mandando-as cobrir com as referidas saias e capotes que suplicam no que

Receberá Mercê”⁵⁰.

Receberam 10,8 metros de chita em 4 de Agosto de 1812.

6ª: “Diz Dona Luísa Inês de Castelo-Branco, viúva assistente na freguesia de S. João de Santa Cruz, na rua da Moeda, que a suplicante além dos muitos trabalhos que

⁴⁸ AUC, *Invasões Francesas*, “Subsidio britânico: requerimentos para donativos...”, doc. 239.

⁴⁹ AUC, *Invasões Francesas*, “Subsidio britânico: requerimentos para donativos...”, doc. 471.

⁵⁰ AUC, *Invasões Francesas*, “Subsidio britânico: requerimentos para donativos...”, doc. 452.

passou na entrada dos inimigos franceses em Soure, na Quinta dos Anjos, onde lhe deram imensas pancadas matando ao seu lado uma filha com uma menina ao colo que era casada com o guarda-mor(?) que foi da Universidade, a roubaram de tudo: mantilha, capote e tudo o mais que até a deixaram descalça que chegou a andar imensos tempos sem camisa; e desta filha infeliz conserva em seu poder duas crianças, menina e menino, precisadas de tudo. E como Vossa Senhoria tem em seu poder socorro para semelhantes necessidades, recorro e imploro a sua grande caridade. Volte os seus benignos olhos à suplicante e a seus infelizes netos, pois a suplicante não tem empenhos alguns nem quer outro valimento mais que os fortes motivos que alega e a grande bondade e caridade de Vossa Senhoria, porque além da suplicante estar precisada de tudo e seus inocentes netos, é aleijada de uma perna motivo porque não tem ido aos pés de Vossa Senhoria. Portanto

Pede a Vossa Senhoria, em louvor de Maria Santíssima, socorra a suplicante e seus netos com as esmolas que costuma para semelhantes necessidades”⁵¹.

Receberam 10,8 metros de chita em 15 de Outubro de 1812.

7ª: “Diz Ana Inácia de Moraes, filha de António de Moraes da Costa, bedel que foi da Universidade, que quando entraram os inimigos franceses nesta cidade fugiu a suplicante. E depois de andar desterrada por várias terras, achou-se ainda na vila da Figueira em Janeiro de 1811 quando correu o boato que os ditos malvados vinham atacar aquela vila. Então se viu a suplicante obrigada a embarcar para Lisboa com a sua família; porém, com os grandes temporais que sobrevieram, não puderam tomar porto algum deste Reino e passado muito tempo foram arribar a Vigo, em cuja viagem além da muita gente que morreu à fome e sede, faleceu também uma irmã da suplicante com quem sempre viveu, e assistiram por detrás do Cano da Feira nesta cidade. Finalmente, ficou a suplicante em Vigo muito doente alguns meses, padecendo cruéis necessidades e, ainda mal convalescida, veio pedindo esmolas até chegar a esta cidade com sua sobrinha, filha da dita irmã falecida e do Dr. Joaquim Vieira da Silva Pimentel, da Granja de Alfarelos, também já falecido, e achou na sua casa todos os bens e roupas roubados. Nestes termos, se vê a suplicante e sua sobrinha reduzidas à maior miséria e desamparo, pelo que

Pede a Vossa Excelência se digne por sua inata piedade mandar favorecer as suplicantes com uma esmola das que a piedade e magnanimidade da nação britânica manda distribuir pelos pobres que foram mais desgraçados desta cidade e freguesia do Salvador, onde as suplicantes presentemente assistem na rua da Esperança”⁵².

Receberam 14,8 metros de chita em 21 de Agosto de 1812.

⁵¹ AUC, *Invasões Francesas*, “Subsidio britânico: requerimentos para donativos...”, doc. 380. Esta petição (incompleta e com um erro de leitura) está publicada em MARTINS, Maria Ermelinda. *Coimbra e a guerra peninsular*, cit., II, p. CCXCV.

⁵² AUC, *Invasões Francesas*, “Subsidio britânico: requerimentos para donativos...”, doc. 437. Já publicada, mas com algumas incorrecções de leitura, em MARTINS, Maria Ermelinda. *Coimbra e a guerra peninsular*, cit., II, p. CCXCII.

Na maioria das 352 petições de Coimbra, os suplicantes de ambos os sexos e sem família a cargo receberam 8 côvados (11,8m) de chita. Menos frequentemente, 9 côvados de camelão, 3 a 5 côvados de baetão e 1 cobertor. Uns metros de tecido ou um cobertor – que socorro era esse para quem nada tinha? Era pouco, de facto, mas bem mais relevante do que agora nos parece, dado o preço proibitivo do vestuário para estes segmentos socioeconómicos. Senão vejamos os custos de vestimentas dadas em 1814 pela Misericórdia de Coimbra a mulheres pobres, artefactos necessariamente muito modestos: as saias de baeta custavam cerca de 2.200 réis, um cobertor 2.400, um capote 3.150, o enxoval necessário para uma rapariga entrar como criada para o mosteiro do Lorvão, 18.685 réis⁵³.

Nesse mesmo ano, o salário de uma criada de servir podia ser de 3.000 réis anuais. Ou, como também sucedia, estar ajustada só a troco da alimentação e alojamento. Os homens nem sempre passavam muito melhor. Os serventes de pedreiro, taxados pela câmara municipal a 120 réis diários em 1813, auferiam 2.400 reis mensais se trabalhassem 20 dias por mês. Isto é, não ganhavam para as despesas alimentares, calculadas para as funcionárias da Roda dos Expostos a 3.000 réis/mês desde 1795 até 1812 e depois desse ano a 4.800 réis. Os pedreiros e carpinteiros, cujos salários foram também taxados, recebiam mensalmente 6.000 a 7.000 réis. Se gastassem com a sua própria alimentação 4.800 réis, pouco lhes sobejava para as restantes necessidades e sustento da família. Quanto aos criados de servir, quando casados, não conseguiam suprir as necessidades familiares. Há total unanimidade nesta avaliação, feita na época pelos párocos, pelos dirigentes da Misericórdia e pelos próprios e suas mulheres.

Falei de números. Ouçamos agora as palavras de quem implorou auxílio à Misericórdia de Coimbra em 1813.

Umbelina Rodrigues, menor de idade, obrigada a vir servir para Coimbra porque as tropas tudo arrasaram na sua aldeia, assoldadou-se na cidade por 3.000 réis ao ano, mas, diz a jovem, tal soldada (que, aliás, só recebe no fim do ano) não lhe permite comprar o fato mais ordinário de que precisa urgentemente. Umbelina pede que lhe subsidiem a

⁵³ Estes dados, assim como os das petições que se seguem, foram recolhidos no Arquivo da Misericórdia de Coimbra. Já os apresentei em LOPES, Maria Antónia. *Pobreza, assistência e controlo social...*, cit., II, p. 233-270.

aquisição de capote, saia e camisa que não pode granjear. E diz a verdade. As três peças custariam cerca de 5.800 réis.

Francisca Duarte, que foi roubada de tudo pelos Franceses, passa os dias a fiar na roca, mas não consegue ganhar o suficiente para o sustento e muito menos para se vestir.

Francisca Violante tem o marido desaparecido. Trabalha “de mãos”, mas nos tempos presentes, diz, nem para sustentar dá quanto mais para se vestir a si e aos seus dois filhos.

Joana Pereira, roubada de tudo o que tinha e tornada órfã pelos invasores, foi obrigada a fugir da sua terra e a servir como criada em Coimbra, mas a soldada não chega para o capote de que carece.

Maria Delfina, a quem os Franceses mataram o pai (Dr. António da Silva Pacheco, procurador geral da Misericórdia) e de tudo os espoliaram, percebeu à sua custa que “o insignificante ganho de uma mulher no tempo presente de pouco ou nada vale à face da carestia dos víveres”.

Baptista de Jesus serve como criada só a troco de sustento.

Francisca de Jesus, casada com um pintor de louça, pede um capote, pois desde há muito o marido ganha uma insignificância por ser doente e sobretudo desde a invasão dos Franceses que debilitou o negócio. Além disso, a casa foi espoliada pelos inimigos e a seguir incendiada, devorando o resto, incluindo uma filha.

É supérfluo apresentar mais casos. Todos comprovam que as mulheres que viviam do seu trabalho dificilmente conseguiam assegurar as necessidades básicas e que o preço proibitivo do vestuário era uma das suas maiores dificuldades. E também para os homens menos qualificados, embora com salários superiores, as peças de vestuário podiam ser inalcançáveis. Assim sendo, os donativos provenientes do subsídio britânico, embora muito longe de colmatar as carências das peticionárias, foram uma ajuda não desprezível.

Regressemos aos requerimentos dirigidos ao provisor do bispado. Além das que foram mencionadas, conservam-se também petições de esmolas atribuídas a mulheres que viviam nos quatro conventos e dois recolhimentos de Coimbra e ainda de dois conventos e um colégio da diocese. Como disse, a cidade foi evacuada e depois saqueada, não escapando os bens comuns desses estabelecimentos e os bens próprios das religiosas e mais recolhidas, tanto os que deixaram como os que levavam consigo na fuga. Pediram e

receberam ajuda prioresas, seculares recolhidas, educandas e criadas. No total perfazem 201 mulheres, sendo 128 da cidade.

É claro que nesta época as freiras eram oriundas de estratos sociais elevados, por isso não admira a percentagem de 25% de “Donas”, mas só se conhece a categoria (freira, secular recolhida, criada...) de 81. Destas, 34 são freiras, tão desamparadas e espoliadas como as restantes. Contam, entre outras: a madre Ana Teresa da Santíssima Trindade, religiosa no convento de Santa Teresa, que “foi saqueada pelos Franceses das pobres alfaias do seu uso”; D. Ana Benedita do Espírito Santo, religiosa no convento de Santa Clara, que fugiu para Lisboa “em meio de perigos, incómodos e privações incalculáveis, perdendo tudo o que tinha e salvando apenas o fato que tinha vestido”; e uma secular recolhida que “fugiu com as freiras e foi roubada fora e dentro do convento”.

Conclusão

Creio que esta abordagem das invasões que implica fazer a história da guerra a partir de uma outra perspectiva, deve ser continuada: aprofundá-la no território aqui trabalhado e realizá-la noutras regiões, o que possibilitará quantificar, cartografar e conhecer melhor as vítimas da ofensiva napoleónica. Desejaria que os investigadores se interessassem mais por este aspecto dos conflitos: o do sofrimento das populações massacradas, aterrorizadas e espoliadas. Vítimas não necessariamente heróicas, gente que nem sequer integrou as guerrilhas ou clamou pela pátria. Apenas povo humilde e obscuro, que, sem entender porquê, foi violentamente agredido e ultrajado.

Fontes e Bibliografia citadas

Fontes manuscritas:

Arquivo da Misericórdia de Coimbra, *Acórdãos da Meza*, Livro 5º, 1768-1815.

Arquivo da Universidade de Coimbra, *Invasões Francesas*, “Estragos, incêndios e mortes causados pelo exército na invasão de 1810-1811”.

Arquivo da Universidade de Coimbra, *Invasões Francesas*, “Subsidio britânico: requerimentos para donativos...”.

Arquivo Distrital de Viseu, *Livro de Actas da Câmara Municipal de Viseu*, 1809-1810.

Fontes impressas:

BARBOSA, Luís Soares - “Memoria sôbre as enfermidades que tem grassado na Cidade de Leiria, e seu termo...”, *Jornal de Coimbra*. 1813, nº 13, p. 81-82.

GUIMARÃES, Vieira dos – *Breve memoria dos estragos causados no Bispado de Coimbra pelo exercito francez, commandado pelo General Massena. Extrahida das informações que derão os reverendos parocos. E remetida á Junta dos Soccorros da Subscrição Britanica...* . Lisboa: Imprensa Regia, 1812.

Jornal de Coimbra, 13-16, Janeiro a Abril de 1813.

Junta dos Socorros da Subscrição Britânica – [Publicação sem título em folha avulsa]. Lisboa: Imprensa Regia, 1811.

KOCH, general - *Memórias de Massena. Campanha de 1810 e 1811 em Portugal*. Lisboa: Livros Horizonte, 2007.

MARBOT, general barão - *Memórias sobre a 3ª invasão francesa*. Lisboa: Caleidoscópico, 2006.

SÁ da BANDEIRA, marquês de – *Memoria sobre as fortificações de Lisboa*. Lisboa: Imprensa Nacional, 1866.

Estudos:

CARVALHO, Joaquim Ramos de – “A rede dos correios na segunda metade do século XVIII” in Margarida Sobral Neto (coord), *As Comunicações na Idade Moderna*. Lisboa: Fundação Portuguesa das Comunicações, 2005, p. 77-94.

LOPES, Maria Antónia – “Mujeres (y hombres) víctimas de la 3ª invasión francesa en el Centro de Portugal” in Emílio de Diego (dir.) e José Luis Martínez Sanz (coord.), *El comienzo de la Guerra de la Independencia*. Madrid: Editorial Actas, 2009, pp. 750-772.

LOPES, Maria Antónia – *Na rota da 3ª invasão francesa: o concelho de Mangualde e as suas vítimas*. Mangualde: Câmara Municipal de Mangualde (em fase de publicação).

LOPES, Maria Antónia – *Pobreza, assistência e controlo social em Coimbra (1750-1850)*, 2 vols. Viseu: Palimage, 2000.

LOPES, Maria Antónia – “Poor Relief, Social Control and Health Care in 18th and 19th Century Portugal” in O. P. Grell; A. Cunningham; B. Roeck (ed.), *Health Care and Poor Relief in 18th and 19th Southern Europe*. UK/USA: Ashgate Publishing, 2005, pp. 142-163.

LOPES, Maria Antónia – *Protecção Social em Portugal na Idade Moderna*. Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra, 2010.

MARTINS, Maria Ermelinda – *Coimbra e a guerra peninsular*, 2 vols. Coimbra: Atlântida, 1944.

NUNES, António Pires - “A terceira invasão francesa” em Barata, Manuel Themudo Barta; Nuno Severiano Teixeira (dir), *Nova História Militar de Portugal*. Lisboa: Círculo de Leitores, 2004, vol. 3, pp. 90-147.

OLIVEIRA, João Nunes de – *A Beira Alta de 1700 a 1840. Gentes e subsistências*. Viseu: Palimage, 2002.

PEREIRA, Ângelo – *D. João VI príncipe e rei. A independência do Brasil*. Lisboa: Empresa Nacional de Publicidade, 1956.

PIMENTA, Belisário – “A Campanha de Massena em Portugal (capítulos duma monografia local)”, *Revista Militar*, 1931, pp. 9-26, 158-168, 294-304, 383-395.

SÁ, Isabel – *As misericórdias portuguesas de D. Manuel I a Pombal*. Lisboa: Livros Horizonte, 2001.

SÁ, Isabel e LOPES, Maria Antónia – *História breve das misericórdias portuguesas (1498-2000)*. Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra, 2008.

SECO, Ana Filipa Rodrigues – *O combate de Foz de Arouce (1811): evocação histórica*. Coimbra: Faculdade de Letras, 2009 (Relatório de Mestrado policopiado).

TELO, António José – “A Península nas guerras globais de 1792-1815” em *Guerra Peninsular. Novas interpretações*. Lisboa: Tribuna da História, 2005.

VICENTE, António Pedro – *Guerra Peninsular, 1801-1814*. Lisboa: Quidnovi, 2007.